líferos serão regulados conforme as bases anexas a esta lei, e que dela fazem parte integrante, decretando o Governo os diplomas necessários para a sua execução.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1922. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — António Maria da Silva — João Catanho de Meneses — Albano Augusto de Portugal Durão — António Xavier Correia Barreto — Vítor Hugo de Azevedo Coutinho — José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães — Eduardo Alberto Lima Basto — Alfredo Rodrigues Gaspar — Augusto Pereira Nobre — Vasco Borges — Ernesto Júlio Navarro.

Bases que regulam o regime cerealífero e que fazem parte integrante da lei n.º 1:294

BASE 1.º

É restabelecida a tabela reguladora dos preços dos trigos nacionais constante da base 1.ª da lei de 14 de Julho de 1899, sendo computados em ouro os preços nela fixados, e reduzidos a escudos à taxa média das cotações oficiais do câmbio sobre Londres, no período que decorre desde 1 de Setembro a 30 de Junho.

§ 1.º Aos preços em escudos poderá o Ministro da Agricultura, quando se verifique que esses preços não são suficientemente remuneradores, adicionar uma percentagem, que poderá ir até o dôbro do número de unidades de que se componha a taxa média da divisa cambial, referida no texto da base, ouvindo para este fim o Conselho Superior da Agricultura.

§ 2.º Até o dia 10 de Julho de cada ano o Ministro da Agricultura publicará a tabela do preço dos trigos, calculado nos termos desta base.

§ 3.º Para os trigos de pesos intermediários, não incluídos na tabela, o preço será calculado em proporção do trigo de peso imediatamente superior. Para os trigos de pesos superiores a 81 ou inferiores a 73 quilogramas por hectolitro, calcular-se há o preço proporcional e respectivamente ao que corresponde a estes dois pesos.

§ 4.º Os preços da tabela referem-se a trigos contendo, num máximo, 2 por cento de substâncias estranhas. Quando o trigo contenha percentagem superior à indicada, far-se há um desconto de 1 por cento por cada centésimo a mais.

§ 5.º São considerados moles os trigos que não tenham mais de 25 por cento de trigo rijo.

§ 6.º Os preços mencionados nesta tabela são para os trigos postos na estação do caminho de ferro, cais de embarque ou fábrica de moagem mais próximos, ou Mercado Central de Produtos Agrícolas ou suas delegações distritais, à escolha do vendedor.

§ 7.º Não poderão incidir sobre trigo, centeio, milho e seus produtos de farinação e panificação quaisquer novos impostos gerais ou municipais, e estes não poderão ir além de 1,5 por cento *ad valorem*.

§ 8.º É livre o comércio e trânsito de quaisquer produtos derivados dos trigos, quer nacionais, quer exóticos, importados ao abrigo da presente lei, e quanto aos trigos nacionais é permitido o mesmo comércio e trânsito, mas só entre os produtores e as entidades transformadoras e ainda entre os lavradores, para semente e despesas da sua casa agrícola, e entre os produtores e consumidores.

BASE 2.ª

De harmonia com o que dispõe o artigo 3.º do regulamento dos Serviços de Estatística Agrícola, aprovado

pelo decreto com força de lei n.º 4:634, a Direcção Geral da Economia e Estatística Agrícola avaliará anualmente a produção de trigo nacional, publicando até 31 de Dezembro os resultados dessa avaliação.

§ 1.º Este cálculo basear-se há nas estimativas realizadas pela referida Direcção Geral, e no manifesto obrigatório dos produtores daquele cereal, efectuado no prazo e nos termos consignados nos artigos 8.º a 12.º do citado regulamento, procedendo-se às operações de apuramento em conformidade com os artigos 72.º, 74.º e 78.º do mesmo regulamento e com o artigo 17.º do decreto n.º 7:027, de 15 de Outubro de 1920.

§ 2.º Para se conhecer a exactidão dos manifestos e falta destes, poderá a Direcção Geral da Economia e Estatística Agrícola promover, onde julgar conveniente, o sorteamento de dez agricultores, pelo menos, cuja produção será rigorosamente verificada, e proceder a outras indagações, sempre que tenha motivo para supor que houve má fé da parte dalgum produtor no seu manifesto.

§ 3.º Independentemente deste manifesto, com o fim exclusivamente estatístico, os produtores e detentores de trigo nacional que dispuserem de quaisquer quantidades para venda e pretendem que elas sejam adquiridas pelas fábricas de moagem, nos termos do § 2.º da base 3.ª, deverão declarar, desde Julho a Setembro, perante o Mercado Central de Produtos Agrícolas, ou nas suas delegações distritais, essas quantidades disponíveis, acompanhando a declaração referida de certificado comprovativo de haver o trigo sido previamente manifestado, para os efeitos do § 1.º Quando a oferta seja feita por detentor, deverá este provar mais que se encontra na posse legítima do trigo que pretende vender.

§ 4.º De 15 a 30 de Novembro de cada ano a Direcção Geral do Comércio Agrícola, a fim de apurar as existências invisíveis ainda em poder dos produtores e detentores, procederá à chamada para venda do trigo nacional não declarado anteriormente; e efectuará também as necessárias diligências para determinar as existências visíveis, quer nas fábricas de moagem, quer nos armazéns, estações ou cais de caminhos de ferro, a bordo dos navios e nos entrepostos e armazéns alfandegados.

§ 5.º Para os efeitos do parágrafo anterior poderão ser obrigados os produtores e detentores a declarar as quantidades de trigo existentes em seus celeiros ou armazéns, por conta própria ou de outrem, os nomes daqueles que os venderam e adquiriram, e bem assim a situação dos referidos depósitos.

§ 6.º Na avaliação das quantidades de trigo exótico a importar para ocorrer às necessidades do consumo, a referida Direcção Geral do Comércio Agrícola terá em conta não só as existências verificadas nos termos do parágrafo anterior, como também as quantidades utilizadas nas sementeiras e para usos industriais.

§ 7.º Poderá o manifesto ser feito também condicionadamente pelos produtores em relação ao trigo que reservaram para segundas sementeiras.

§ 8.º O trigo manifestado em cada mês, nos termos e para os efeitos do § 3.º, será rateado até o dia 20 do mês seguinte.

§ 9.º No rateio serão sempre preferidos para imediata entrega os produtores:

a) Que não tenham facilidade em armazenar os cereais panificáveis no local da produção;

b) Os produtores de quantidade inferior a 10:000 litros de trigo, e muito especialmente os seareiros que produzam em terras de outro.

§ 10.º O rateio do trigo nacional, a que se refere esta base e a seguinte, será equitativamente feito pelos fabricantes, por qualidades de trigos, nos termos regulamentares, e só pelas fábricas que estiverem em efectiva laboração.

§ 11.º O pagamento do trigo manifestado será sempre

feito no prazo máximo de trinta dias, depois do manifesto, directamente pelos fabricantes de farinhas ou por intermédio do Mercado Central de Produtos Agrícolas, quando o trigo tenha sido depositado à sua ordem ou das suas delegações, garantindo a moagem com caução ou depósito na Caixa Geral de Depósitos o respectivo pagamento.

§ 12.º O Governo tomará as medidas necessárias para facilitar o transporte de trigos e de adubos, não só dando preferência a estas mercadorias, mas estabelecendo horários e mandando pôr em pleno vigor as disposições constantes dos artigos 517.º a 521.º do decreto n.º 5:219, de 8 de Janeiro de 1919.

BASE 3.ª

A importação de trigo de qualquer procedência só é permitida:

1.º As fábricas de farinhas, massas, bolachas e biscoitos devidamente matriculadas e em efectiva laboração, e proporcionalmente às suas cotas de rateio;

2.º A Manutenção Militar;

3.º Aos lavradores, para semente, por intermédio da União Central de Agricultura, sindicatos agrícolas e suas federações.

§ 1.º Até 31 de Dezembro de cada ano o Governo fixará, por decreto, a quantidade de trigo que deverá ser importada e o direito que sobre ela deverá incidir.

§ 2.º Em cada um dos meses de Agosto a Novembro, os fabricantes de farinha, devidamente matriculados, serão obrigados a adquirir, por meio de rateio, até 30 milhões de quilogramas de trigo nacional, que tiver sido manifestado para venda, nos termos dos §§ 3.º e 4.º da base 2.ª

§ 3.º Os fabricantes de farinha que não adquirirem desde logo a cota do trigo que lhes couber no rateio, a que se refere o § 1.º desta base, serão obrigados a comprar em cada um dos meses, desde Dezembro até Julho, pelo menos, a oitava parte desta cota.

§ 4.º A parte do trigo nacional que deixar de ser comprada nos termos do § 3.º será imediatamente rateada pelos restantes fabricantes, aos quais serão, por este facto, aumentadas as percentagens do trigo exótico a importar, proporcionalmente à sua cota de rateio, e será riscada da matrícula por dois anos a fábrica que não cumprir o disposto nos parágrafos anteriores.

§ 5.º A quantidade de trigo exótico a importar será proposta ao Governo pelo Conselho Superior de Agricultura, tendo-se em vista:

1.º As necessidades do consumo, designando separadamente a parte necessária para o fabrico de pão e de massas, bolachas e biscoitos, e determinadas pela Direcção Geral do Comércio Agrícola;

2.º A avaliação da colheita nacional, efectuada pela Direcção Geral da Economia e Estatística Agrícola.

§ 6.º O direito a fixar pelo despacho para consumo do trigo exótico será proposto ao Governo pelos Conselhos Superiores da Agricultura e do Comércio e Indústria e pelo director da Manutenção Militar, reunidos em sessão, observando-se o seguinte: o preço médio do trigo nos principais mercados, calculado pelos preços dos últimos trinta dias, acrescido das despesas accessórias (frete, seguro, quebras, carga e descarga, comissão e corretagem e outras devidamente justificadas) e da importância do direito a cobrar nas alfândegas, não será superior ao preço médio do trigo nacional.

§ 7.º Quando o preço médio do trigo exótico calculado fór igual ou superior ao preço do trigo nacional, de 78 pêso específico, o trigo exótico pagará apenas o imposto estatístico de \$00(01).

§ 8.º As fábricas matriculadas que se julguem com

direito ao rateio dos trigos tanto nacionais como exóticos, por se acharem em activa e efectiva laboração, assim o declararão perante a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas no prazo de oito dias depois da publicação da presente lei.

§ 9.º No prazo improrrogável de três meses a contar da data da publicação desta lei, em cada região agrícola, uma comissão, nomeada pelo Governò, composta pelo engenheiro chefe da circunscrição industrial, ou quem suas vezes fizer, pelo engenheiro agrônomo, chefe da região, e por um delegado técnico da Manutenção Militar, procederá a uma revisão da força produtiva das fábricas matriculadas a que se refere o § 8.º e com os elementos obtidos se elaborará a tabela de rateio para o ano cerealífero de 1922-1923, na qual se basearão as tabelas futuras, que se publicarão anualmente até 31 de Julho, tendo em vista:

1.º Em relação às fábricas já matriculadas, a laboração efectiva e a sua capacidade de laboração;

2.º Em relação às fábricas que se matricularem no futuro e para o primeiro ano de laboração, a sua capacidade de laboração multiplicada pela relação entre a laboração e a capacidade de laboração das fábricas já existentes.

§ 10.º A título provisório fica o Governo autorizado a conceder a importação segundo as declarações prestadas ao abrigo do § 8.º e na base das cotas de rateio actuais, devendo as quantidades importadas ser encontradas na tabela definitiva a publicar, nos termos do parágrafo anterior.

§ 11.º Os fabricantes de farinha que tenham feito declarações inexactas para os efeitos do § 8.º serão imediatamente eliminados da matrícula por um período de três anos cerealíferos e obrigados à indemnização pelos trigos recebidos ilegalmente, ficando além disso inibidos de poderem continuar a considerar-se como fabricantes matriculados.

§ 12.º As fábricas matriculadas serão obrigadas a farinha o trigo que lhes tenha cabido em rateio, e serão eliminadas da matrícula apenas deixem de o fazer.

§ 13.º Os fabricantes matriculados poderão trienalmente requerer, até 31 de Maio, uma reinspecção das suas fábricas, baseados no aumento de maquinismos que lhes dêem direito a um aumento na sua cota de rateio.

§ 14.º Serão publicadas no *Diário do Governo* as notas relativas às capacidades de laboração e às laborações effectivas das fábricas matriculadas, havendo sempre recurso para o Conselho Superior de Agricultura.

§ 15.º Os fabricantes de farinha só poderão importar trigo exótico depois de ser adquirido o trigo nacional que lhes tiver competido no rateio.

§ 16.º A época em que é permitido o despacho do trigo exótico, nos termos desta lei, começará a 15 de Janeiro e terminará sempre em 31 de Julho do ano agrícola respectivo, sem tolerância de qualquer espécie, salvo o disposto no § 1.º da base 7.ª

§ 17.º A matrícula dos fabricantes será feita perante a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, observando-se os preceitos que os regulamentos estatuirem.

§ 18.º Enquanto existir o regime de importação de trigo, a Manutenção Militar trabalhará exclusivamente com trigo exótico.

§ 19.º (Transitório) No primeiro ano da execução desta lei, desde que o Governo reconheça a insuficiência de trigos nacionais manifestados para garantir a laboração normal das fábricas de moagem, de forma a satisfazer o completo abastecimento de farinhas, fica o mesmo Governo autorizado a fornecer o trigo exótico por êle importado pelos preços da tabela do trigo nacional e a permitir a importação antecipada de trigo exótico às fábricas matriculadas, nas quantidades necessá-

rias para suprir o *deficit* do trigo nacional manifestado para venda, conforme as exigências do consumo.

§ 20.º As tabelas das cotas de rateio pelas fábricas matriculadas serão publicadas anualmente até 31 de Julho, competindo à secção técnica da Manutenção Militar a sua confecção, que terá por base o disposto no n.º 2.º do § 9.º, devendo a respectiva inspecção ser requerida até 31 de Maio de cada ano, havendo recurso para o Conselho Superior de Agricultura.

BASE 4.ª

Todas as fábricas de moagem matriculadas, excepto as que unicamente fornecerem farinhas para o fabrico de massas, bolachas e biscoitos, e os moinhos e azenhas que só fabriquem farinhas em rama, são obrigadas a produzir e a vender três tipos de farinha para panificação, com a seguinte percentagem de extracção:

Farinha de 1.ª	15 por cento
Farinha de 2.ª	42 por cento
Farinha de 3.ª	20 por cento
Sêmeas	23 por cento

§ 1.º Com a farinha dêste diagrama fabricar-se hão dois tipos de pão: um que será vendido ao público em fracções de 450 e 500 gramas (pão de família ou de 1.ª) e outro de 1:000 gramas (pão de uso comum ou de 2.ª), que será de forma alongada e bem cozido; sendo facultativo, em Lisboa, Pôrto e outras localidades onde fôr uso, às padarias fabricarem da farinha e massa de 1.ª, até 10 por cento da sua laboração diária, pão pequeno de qualquer formato e de diversos pesos, mas não inferiores a 50 gramas.

§ 2.º O preço máximo da farinha e do pão em Lisboa e Pôrto será fixado trimestralmente pelo Ministro da Agricultura em função do preço do trigo nacional, ouvidos os Conselhos Superiores de Agricultura e Comércio e Indústria e o director da Manutenção Militar, e acrescido das taxas de moagem e panificação julgadas suficientes para a laboração efectiva normal, mas de forma que o preço do pão de 2.ª não seja superior ao fixado para o trigo nacional de peso específico de 78.

§ 3.º O Ministro da Agricultura, de acôrdo com os administradores dos concelhos e presidentes das câmaras municipais (com excepção de Lisboa e Pôrto), poderá fixar o preço do pão para o consumo local.

§ 4.º Tanto as fábricas de moagem, como os comerciantes ou comissários de venda de farinhas são obrigados a vender à panificação na percentagem de extracção estabelecida nesta base.

§ 5.º O Governo poderá requisitar às moagens uma quantidade de sêmea igual a 23 por cento do trigo por elas farinado e tomar as medidas necessárias para que esta seja a extracção mínima de sêmea.

§ 6.º Nas fábricas de moagem de trigo não poderão existir outros géneros panificáveis, nem mesmo a título provisório de armazenagem.

a) Quando, porém, o proprietário possuir mais de uma fábrica, poderá moer ou armazenar transitóriamente, numa das suas fábricas, outros cereais panificáveis, armazenando e moendo o trigo durante esse período numa das outras fábricas que lhe pertencam;

b) O proprietário de uma só fábrica pode moer qualquer outro cereal panificável quando, por virtude da capacidade de laboração superior á laboração efectiva, tenha, antes de terminado o ano agrícola, esgotado a sua cota de trigo;

c) Tanto no caso da alínea a), como da alínea b), é necessária licença do Ministro da Agricultura, ouvida a Manutenção Militar, a cargo de quem fica a fiscalização do cumprimento das condições exaradas na licença.

§ 7.º Todos os outros cereais panificáveis importados pagarão um imposto fixado pelo Governo, ouvido o Conselho Superior de Agricultura, que, com o imposto fixado para o trigo, constitui receita do Fundo do Fomento Agrícola, e do qual se destinarão cinco décimos de milavo à Manutenção Militar para os encargos de fiscalização e outros que por esta lei lhe são atribuídos.

§ 8.º Consideram-se revogadas as disposições do artigo 11.º do decreto n.º 6:572, de 24 de Abril de 1920.

BASE 5.ª

Aos fabricantes de farinhas será permitido importar trigo exótico, além da quantidade indispensável para cobrir o *deficit* cerealífero do continente da República, sempre que provem haver exportado farinha em quantidade correspondente à do trigo a importar.

§ 1.º O despacho de trigo exótico a mais do que corresponde à percentagem de cada industrial da moagem, só será permitido, na proporção de 100 quilogramas de trigo para 78 quilogramas de farinha exportada, aos fabricantes de farinha matriculados que apresentarem na Direcção Geral das Alfândegas certidão autêntica das Alfândegas de Lisboa e Pôrto, em que se prove terem exportado farinha de trigo.

§ 2.º O trigo despachado nas condições do parágrafo antecedente será sujeito ao pagamento do direito de \$02 por quilograma, que constitui receita do Fundo de Fomento Agrícola.

§ 3.º A farinha exportada será de qualidade não inferior ao tipo de extracção a 78 por cento.

§ 4.º A exportação da farinha só será autorizada quando se reconheça e prove estar assegurado o abastecimento público.

§ 5.º Será ainda permitida aos fabricantes a importação de trigos em regime do *drawback*, com exclusivo destino à exportação, depois de transformados em massas alimentícias e bolachas.

§ 6.º A permissão concedida aos fabricantes de importarem trigos exóticos na hipótese prevista nesta base tornar-se há obrigatória quando o Governo, para suprir a falta de farinhas nos mercados do país, resolver decretar a importação da quantidade de trigo correspondente à farinha exportada, ficando os fabricantes obrigados à importação da parte de trigo que lhes couber, sob pena de multa igual ao quintuplo do direito fixado para o despacho do trigo exótico, destinado ao consumo, e de lhes ser cassada a licença para a laboração.

BASE 6.ª

Fabrico de massas, bolachas e biscoites

A farinha destinada ao fabrico de massas, bolachas e biscoitos e para usos domésticos e pastelaria não poderá ser produzida simultaneamente pelas fábricas que estejam produzindo farinhas para panificação.

Os preços e diagramas serão determinados pelo Ministro da Agricultura, ouvidos os Conselhos Superiores de Agricultura e Comércio e Indústria, e o director da Manutenção Militar.

§ único. A farinha dêstes tipos, massas, bolachas e biscoitos, e de usos domésticos, só será vendida e utilizada para estes exclusivos usos sob a imediata fiscalização dos agentes oficiais.

BASE 7.ª

No caso de greve geral ou parcial, ou quando os interesses nacionais o aconselhem, o Governo pode, ouvido o Conselho Superior de Agricultura, importar o trigo, ou farinhas, que fôr necessário para a alimentação pública, por intermédio da Manutenção Militar.

§ 1.º Para o cumprimento desta lei compete à Manutenção Militar:

a) A importação, livre de direitos, de todo o trigo ou farinhas de que careça, não só para ocorrer às necessidades da força armada e dos estabelecimentos oficiais, como, preventivamente, para acudir às necessidades da alimentação, em casos imprevistos e urgentes;

b) A requisição aos lavradores, directamente ou por intermédio das autoridades, nos termos do regulamento de requisições militares, pagando-o pelo preço da tabela oficial, do trigo nacional de que careça para cumprimento das disposições desta lei, recorrendo em primeiro lugar àquele que não tenha sido manifestado, somente nos casos previstos nesta base;

c) A requisição às fábricas, nas condições da alínea anterior e proporcionalmente às cotas de rateio respectivo, do trigo exótico de que necessita, tanto na ocasião da sua importação como posteriormente daquele que já estiver em armazém;

d) A requisição de qualquer fábrica de moagem ou de pão com o fim de suprir a deficiência das suas fábricas privadas e ocorrer às necessidades da alimentação pública, ou em caso de greves, tumultos ou quando o bem público e os interesses nacionais assim o aconselhem.

§ 2.º O Governo reorganizará a Manutenção Militar, que continuará dependente do Ministério da Guerra, por acôrdo entre este Ministério e o da Agricultura, industrializando-a sem alterar o carácter militar que possui, com autonomia administrativa e financeira, de maneira a bem poder abastecer todos os estabelecimentos oficiais e, em casos imprevistos e anormais, ocorrer às necessidades da alimentação pública, e a aumentar dentro das suas próprias forças, e sem mais encargos para o Tesouro Público, as suas instalações e a capacidade de produção de maneira a poder constituir um agregado seleccionado e completo de indústrias alimentares.

BASE 8.ª

Penalidades

São riscadas da respectiva matrícula e obrigadas a suspender a laboração as fábricas de farinha ou de pão que não cumprirem as prescrições da presente lei, além das penalidades a que ficarem sujeitas e que forem atribuídas no respectivo regulamento, tendo em vista as disposições applicveis do decreto n.º 7:741, de 15 de Outubro de 1921, e regulamento de 22 de Julho de 1905.

§ 1.º A venda ou compra de cereais por preços superiores ao da tabela será considerado crime com a mesma pena do crime de desobediência qualificada, previsto e punido no artigo 188.º, § 2.º, do Código Penal.

§ 2.º Além desta pena, e sem prejuízo dela, aos indivíduos que forem punidos por este crime será pelo mesmo processo applicada uma multa igual ao valor do trigo vendido, determinado segundo a tabela.

§ 3.º O não pagamento da multa implica a prisão até quatro meses.

§ 4.º É único competente para instruir e julgar os processos referentes a este crime o tribunal criado pela lei n.º 922 e segundo as formalidades ali prescritas.

BASE 9.ª

Fiscalização

A fiscalização dos serviços correspondentes à execução desta lei será determinada no seu regulamento.

BASE 10.ª

Comissários dos Abastecimentos

A partir de 1 de Agosto de 1922 serão extintos os lugares e funções dos commissariados distritais dos Abastecimentos e a delegação do Commissariado Geral do

Norte, com sede no Porto. Os restantes serviços do Commissariado Geral permanecerão enquanto a anormalidade da vida económica não permitir a sua completa extinção.

BASE 11.ª

Autorizações

Fica o Governo autorizado:

1.º A providenciar para regular o abastecimento ce-realífero, para a Manutenção Militar e o seu respectivo regime;

2.º A introduzir no decreto n.º 7:849, de 30 de Novembro de 1921, somente no que respeita aos Açores, as alterações que a execução do mesmo decreto tiver aconselhado, tendo sempre em vista que, quer quanto à obrigação do recebimento do trigo nacional manifestado, quer quanto ao direito de importação de trigo exótico, os negociantes matriculados só poderão concorrer ao respectivo rateio, e na devida proporção, desde que no distrito não haja fábrica matriculada ou quando esta não tenha a capacidade produtiva suficiente para as necessidades do consumo do mesmo;

3.º A estabelecer imediatamente para a Ilha da Madeira a livre importação de trigo, que não poderá depois ser exportado para o Continente;

4.º A estabelecer as disposições em que a Manutenção Militar importará o trigo;

5.º A regulamentar esta lei, no prazo máximo de quinze dias, a contar da data da sua publicação.

BASE 12.ª

O Governo codificará toda a legislação vigente sobre regimes cerealíferos que não forem revogados por esta lei e que continuem em vigor.

BASE 13.ª

Esta lei entra em vigor imediatamente à sua publicação, independentemente do seu regulamento, sendo porém o regime nela estabelecido para a moagem e panificação pôsto em execução no dia 1 de Agosto de 1922.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1922.—O Ministro da Agricultura, *Ernesto Júlio Navarro*.

Portaria n.º 3:283

Atendendo à necessidade urgente de se fixarem os preços da farinha e do pão, conforme determina o § 2.º da base 4.ª da lei n.º 1:294, de 31 de Julho de 1922, e à impossibilidade de se dar immediato cumprimento às formalidades que o mesmo parágrafo estabelece: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura, que sejam adoptados, provisoriamente, até a publicação do regulamento da referida lei, os seguintes preços por quilograma das farinhas e pão nas cidades de Lisboa e Porto:

Farinha de 1.ª	2807(1)
Farinha de 2.ª	895(65)
Farinha de 3.ª	867
Pão de família ou de 1.ª	1820
Pão de uso comum ou de 2.ª	880

As fábricas de farinha para panificação são obrigadas a fornecer às padarias e estas a adquirir as farinhas conforme os tipos oficiais e nas proporções em que são produzidas.